



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº

23766/25

EXERCÍCIO: 2025

SUBCATEGORIA: Licitações

JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de São Mamede

DATA DE ENTRADA: 28/02/2025

ASSUNTO: Licitação - 00012/2025 - Dispensa (Lei Nº 14.133/2021) - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS SINGULARES DENTRO DO UNIVERSO DE SOLUÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVAS, TAIS COMO SE COMPÕEM: ASSESSORIA E CONSULTORIA NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE, ENTRE ELES O SIM, SAMU E VIGILANCIAS, COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES, ELABORAÇÕES DE PACTUAÇÕES, CAMPANHAS, VACINAÇÕES E REUNIÕES DE APOIO TÉCNICO JUNTO. IMPLANTAÇÃO DE SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SISTEMAS SUS NA UBS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE - PB.

INTERESSADOS: Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
Vandico Alves de Oliveira

PROPOSTA DE PREÇO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0012/2025

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE SETOR DE LICITAÇÃO

A empresa **DAVID SILVA LOPES**, inscrita no CNPJ sob o nº 45.725.881/0001-46, instalada na Rua José Pereira Lima, S/N, Centro, CEP: 58.784-000, São José de Caiana-PB, apresenta proposta para **REALIZAÇÃO DO SERVIÇO ABAIXO LISTADO**, para o período de 12 meses, de acordo com a tabela abaixo:

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	Serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU E vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS/AIAB na UBS da secretaria de Saúde deste município.	MESES	12	R\$ 3.800,00	R\$ 45.600,00
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 45.600,00

São José de Caiana/PB, 18 de fevereiro de 2025

Proposta válida por 60 dias

Documento assinado digitalmente
gov.br DAVID SILVA LOPES
Data: 18/02/2025 19:57:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

David Silva Lopes
Empresário



(83) 98179-9802



zeroum.visual@gmail.com



Rua José Pereira Lima, S/N
São José de Caiana, 58.784-00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

PARECER JURÍDICO

EMENTA: SERVIÇO COMUNS. ASSESSORIA E CONSULTORIA. ACOMPAANHAMENTO DE GESTÃO. VIGILANCIA. SECRETARIA DE SAUDE. INTERESSE PÚBLICO. DISPENSA. LEI Nº 14.133/2021.

I - DA CONSULTA

1. Trata-se de consulta encaminhada pelo agente de contratação, a fim de apurar o procedimento de contratação direta por meio da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000012/2025**, para o objeto: **Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.**

2. *A Contratação destina atender a Secretaria de SAUDE mediante serviços técnicos especializados com o acompanhamento de gestão municipal voltados, especificamente, a esta secretaria. Os serviços são essenciais para desenvolver as ações continuadas das Unidades de Saúde, com o acompanhamento dos programas, ações e campanhas.*

3. Para a verificação da legalidade e regularidade desta contratação, antes da sua ratificação e contratação, solicitou parecer desta assessoria jurídica o agente de contratação. Aponto o recebimento dos autos deste procedimento, que constam:

- a) Document de Demanda da Secretaria de Saude;
- b) Termo de referência;

André Alexandre do Nascimento
 Advogado
 OAB/PB 26304



ESTADO DE SÃO PAULO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROCESSO Nº 23766/25

ANEXO I - CONTRATO DE PRECATORIO Nº 001/2025
DE 01/03/2025
DE 01/03/2025
DE 01/03/2025
DE 01/03/2025

ANEXO I - 1

1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica e administrativa, bem como a elaboração de projetos e estudos, para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, visando à melhoria da gestão e à otimização dos recursos humanos e materiais. O contrato será celebrado com a empresa contratada, que deverá ser inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-00, sob o nome fantasia de [nome fantasia], com sede em [endereço], cidade de [cidade], Estado de [estado]. O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, com possibilidade de prorrogação por igual período, desde que haja acordo entre as partes. O valor total do contrato é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 83.333,33 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), com vencimento em 10 (dez) de cada mês, a contar da data de assinatura. O contrato será regido pelo Regulamento de Contratação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho de Administração em 15/12/2024.

2. O contratado deverá apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura do contrato, um plano de trabalho detalhado, com indicação das atividades a serem realizadas, dos prazos de entrega e dos recursos necessários. O plano de trabalho deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O contratado deverá apresentar, mensalmente, um relatório de atividades realizadas, com indicação dos resultados alcançados e dos recursos utilizados. O relatório deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O contratado deverá apresentar, anualmente, um relatório de atividades realizadas, com indicação dos resultados alcançados e dos recursos utilizados. O relatório deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

3. O contratado deverá manter, durante a execução do contrato, um escritório permanente no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com equipe mínima de 05 (cinco) profissionais, sendo 03 (três) de nível superior e 02 (dois) de nível médio. O contratado deverá manter, durante a execução do contrato, um sistema de controle de qualidade, com indicação dos procedimentos adotados e dos resultados alcançados. O sistema de controle de qualidade deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O contratado deverá manter, durante a execução do contrato, um sistema de controle de custos, com indicação dos procedimentos adotados e dos resultados alcançados. O sistema de controle de custos deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Assinado em [data] em [localidade], por [nome e cargo].
Assinado em [data] em [localidade], por [nome e cargo].



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

- c) Pesquisas de preços;
- d) Autorização do gestor municipal;
- e) Atos que nomeia a equipe de licitação;
- f) Disponibilidade orçamentaria;
- g) Protocolo e atuação;
- h) Minuta de contrato.

4. É o relatório, passo a opinar.

II-DA FUNDAMENTAÇÃO - DA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

5. A princípio devo informar que a Lei Federal nº 14.133/2021, encontra-se, obrigatoriamente vigente a partir de 31 de dezembro de 2023. Necessariamente esta administração pública, doravante 2024, deve mudar a rotina dos procedimentos antigos para adequando aos novos moldes da lei vigente.

6. Considerando que a Lei 14.133/2021 já possui aplicabilidade imediata e obrigatório, que no período de transição não existe mais ficará na obrigatoriedade do administrador público utilizá-la.

7. Não Podemos deixar de observar a regulamentação própria. O município delineou, através do Decreto 001/2024, regulamentação no âmbito municipal, quanto as contrações através de **dispensa e inexigibilidade**, vejamos:

Art. 2º Os procedimentos administrativos para contratação direta, por meio de **inexigibilidade e dispensa**, deverão observar os dispositivos previstos no art. 72, incisos I ao VIII da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Art. 3º - Para os fins de realização de contratação direta do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo os casos de dispensa e inexigibilidade, serão exigíveis os seguintes documentos, conforme:

I - O "Documento de Formalização de Demanda" deverá ser anexado em todos os processos de contratação, independente de valor;

II - Nas contratações diretas cujo valor supere o limite previsto no § 2º do Art. 95 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser elaborado procedimento administrativo nos termos art. Art. 72, incisos de I a VIII da Lei 14.133/21;

André Alexandre do Nascimento
Advogado



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

III – O fornecimento de bens e serviços com execução imediata, cujo valor não ultrapasse o limite previsto no § 2º do Art. 95 da Lei nº 14.133/2021, será dispensa a formalidade de procedimento administrativo, bem como emissão de parecer jurídico, fazendo -se necessário apenas nota de empenho ou carta – contrato.

IV - O Estudo Técnico Preliminar será exigido em contratações diretas, cujo valor da contratação supere a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), podendo ainda ser dispensado nos casos de obras e serviços de engenharia, nos termos do art.08, § 3º da Lei 14.133/2021;

V - A “Análise de Riscos” será exigida nas contratações de valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e contemplará a identificação objetiva dos “Riscos Prováveis” entre os contratantes;

IV- Projeto Básico, executivo e arquitetônico para as obras e serviços de engenharia, quando for o caso;

VI – Estudo Socio e técnico quando se tratar de contratações demanda pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Humano.

VII - Estimativa de despesa;

VIII- justificativa de preço;

IX - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

X - razão de escolha do contratado;

XI - parecer jurídico;

XII - parecer técnico, da engenharia, social, laudo/análise médica, quando for o caso;

XIII - autorização da autoridade competente.

8. Diante o exposto, não restam dúvidas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 para realizar os processos licitatórios e contratação direta de forma imediata.

III- DA CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO

9. Nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 é dispensável a realização de processo licitatório, podendo realizar a contratação direta de serviços comuns e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), *in verbis:*” Art. 75. *É dispensável a licitação: II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;*”

André Alexandre do Nascimento
Advogado



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ANEXO II - TERMO DE CONTRATAÇÃO

- III - O contratado deverá ser pessoa física ou jurídica inscrita no CNPJ, com endereço comercial e residência em território brasileiro, com capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, e que não esteja sob processo de falência ou recuperação judicial, nem tenha sido condenado por crime de natureza grave, conforme disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- IV - O contratado deverá ser pessoa física ou jurídica inscrita no CNPJ, com endereço comercial e residência em território brasileiro, com capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, e que não esteja sob processo de falência ou recuperação judicial, nem tenha sido condenado por crime de natureza grave, conforme disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- V - A contratação dos serviços será feita por meio de licitação, conforme disposto no art. 17, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e a contratação será feita por meio de licitação, conforme disposto no art. 17, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- VI - O contratado deverá ser pessoa física ou jurídica inscrita no CNPJ, com endereço comercial e residência em território brasileiro, com capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, e que não esteja sob processo de falência ou recuperação judicial, nem tenha sido condenado por crime de natureza grave, conforme disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- VII - O contratado deverá ser pessoa física ou jurídica inscrita no CNPJ, com endereço comercial e residência em território brasileiro, com capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, e que não esteja sob processo de falência ou recuperação judicial, nem tenha sido condenado por crime de natureza grave, conforme disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- VIII - O contratado deverá ser pessoa física ou jurídica inscrita no CNPJ, com endereço comercial e residência em território brasileiro, com capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, e que não esteja sob processo de falência ou recuperação judicial, nem tenha sido condenado por crime de natureza grave, conforme disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- IX - O contratado deverá ser pessoa física ou jurídica inscrita no CNPJ, com endereço comercial e residência em território brasileiro, com capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, e que não esteja sob processo de falência ou recuperação judicial, nem tenha sido condenado por crime de natureza grave, conforme disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- X - O contratado deverá ser pessoa física ou jurídica inscrita no CNPJ, com endereço comercial e residência em território brasileiro, com capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, e que não esteja sob processo de falência ou recuperação judicial, nem tenha sido condenado por crime de natureza grave, conforme disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- XI - O contratado deverá ser pessoa física ou jurídica inscrita no CNPJ, com endereço comercial e residência em território brasileiro, com capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, e que não esteja sob processo de falência ou recuperação judicial, nem tenha sido condenado por crime de natureza grave, conforme disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- XII - O contratado deverá ser pessoa física ou jurídica inscrita no CNPJ, com endereço comercial e residência em território brasileiro, com capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, e que não esteja sob processo de falência ou recuperação judicial, nem tenha sido condenado por crime de natureza grave, conforme disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- XIII - O contratado deverá ser pessoa física ou jurídica inscrita no CNPJ, com endereço comercial e residência em território brasileiro, com capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, e que não esteja sob processo de falência ou recuperação judicial, nem tenha sido condenado por crime de natureza grave, conforme disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1. O presente termo de contratação tem por objeto a contratação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos, conforme especificações constantes no Anexo I, e a contratação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos, conforme especificações constantes no Anexo I, e a contratação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos, conforme especificações constantes no Anexo I.

III - DA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO

9. Nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a realização de processo licitatório, podendo realizar a contratação direta de serviços comuns e comuns no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com o disposto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e a contratação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos, conforme especificações constantes no Anexo I, e a contratação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos, conforme especificações constantes no Anexo I.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

de **R\$: 51.399,96 (Cinquenta e Um Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Seis Centavos).**

12. A priori o fornecimento poderá ser contratado de forma direta, uma vez que o valor orçado se enquadra na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, mas é necessário verificar também a formalidade exigida no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 para poder realizar a contratação direta.

13. Os autos do processo estão devidamente instruídos com os seguintes documentos:

a) Com o pedido de contratação do objeto e com o respectivo termo de referência, formalizando a demanda, conforme exigido no art. 72, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) O termo de referência, onde consta a descrição técnica do objeto, e o prazo para execução; consta também nos autos do processo os orçamentos elaborados pelo Setor de Licitação, assim estimando a despesa para execução, conforme exigido no art. 72, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) A dotação orçamentária por onde correrão as despesas com a contratação do serviço, cumprindo o art. 72, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Consta a pesquisa de preços realizadas pelo Setor de Licitação, onde a empresa escolhida para executar do objetivo foi escolhida por ter apresentado o menor preço, cumprindo o art. 72 incisos VI e VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

e) Toda documentação de habilitação e qualificação da empresa escolhida, demonstrando que a empresa escolhida preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme dispõe o art. 72 inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021.

André Alexandre do Nascimento
Advogado



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO MARCOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

de R\$ 24.380,00 (vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e nove reais) e
a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais.

12. A proposta vencedora deverá ser contratada sob a modalidade de compra direta, uma vez que o valor estimado do contrato é inferior a R\$ 50.000,00, conforme disposto no art. 15, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, não sendo necessária a realização de licitação. A contratação deverá ser realizada por meio de termo de referência.

13. Os autos do processo administrativo deverão ser encaminhados para a assinatura do prefeito municipal.

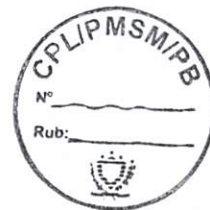
a) Com o pedido de contratação do objeto a ser contratado, o prefeito municipal deverá apresentar a documentação exigida no art. 15, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) O termo de referência deverá conter a descrição detalhada do objeto, bem como os requisitos técnicos, para que seja possível a elaboração de propostas técnicas e comerciais, assim como a descrição para execução, conforme exigido no art. 15, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) A contratação deverá ser realizada por meio de termo de referência, conforme exigido no art. 15, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Consta a previsão de preços unitários pelo Senhor de Referência, onde a empresa escolhida para execução do objeto foi escolhida por ter apresentado o menor preço, conforme exigido no art. 15, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

e) Após a contratação, a empresa deverá apresentar a documentação exigida no art. 15, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021, para a realização da entrega do objeto.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

14. Cumpre salientar que a administração pública deve observar se não registra fracionamento de despesas, ou outras palavras seria mais de uma dispensa com objeto sinônimos, evitar a realização do processo licitatório.

15. Por oportuno, verifico estar presente o interesse público na contratação de empresa para execução do objeto.

IV- DO CONTRATO

16. Ao analisar a minuta de contrato, verifico que consta os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas da Lei 14.133/2021 e às cláusulas contratuais.

17. Verifiquei também a existência de cláusulas que dispõe sobre o preço e as condições de pagamento, a periodicidade pagamento, o crédito pelo qual correrá a despesa, a data-base e a periodicidade de reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária.

18. Consta com clareza e precisão as condições para execução do contrato, cláusulas que definem os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, casos de extinção e alteração do contrato, e já a designação do fiscal do contrato no próprio instrumento.

19. Portanto, a referida Minuta de Contrato, atendeu todos os dispositivos da Lei 14.133/2021, assim decidi emitir parecer aprovando a presente minuta de Contrato.

V - DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA DO CONTRATO

20. A Lei nº 14.133/2021 instituiu o Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP. Trata-se de um site que reunirá informações sobre todas as licitações e contratos administrativos regidos pela nova lei de licitações, inclusive União.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

10. Não podemos esquecer que, atualmente, o valor acima encontra-se atualizado em R\$ R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil e setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), nos termos do decreto federal nº Decreto nº 12.343/2024, assim vejamos:

Art. 1º

Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

ANEXO

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 6º, <i>caput</i> , inciso XXII	R\$ 250.902.323,87 (duzentos e cinquenta milhões novecentos e dois mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos)
Art. 37, § 2º	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 70, <i>caput</i> , inciso III	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso I	R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso II	R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso IV, alínea "c"	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 75, § 7º	R\$ 10.036,10 (dez mil trinta e seis reais e dez centavos)
Art. 95, § 2º	R\$ 12.545,11 (doze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos)
Art. 184-A	R\$ 1.576.882,20 (um milhão quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)

11. Consta nos autos do processo: i) ampla pesquisa de mercado realizado pelo Setor de Licitação, 1) A empresa escolhida apresente o menor valor para realizar a contratação, 2) o valor global orçado para a contratação é a média



ATLASAS AO QUATRO
CINQUENTA OMBRE DO JARDIM DO LADO DO RIO
BOATANDO E SEGUINDO A LANCHONETE ATRÁS

101. Não podemos saber por que exatamente o valor acima encontra-se relacionado ao 18.85.59 (passante e 60% mil e setecentas e vinte e cinco reais e setecentos e noventa e nove centavos) ou porque os dados foram "normalizados" assim.

[illegible]

02942

DATA ATUALIZADO	CONTABILIZADO
2010-01-01	100,00
2010-02-01	100,00
2010-03-01	100,00
2010-04-01	100,00
2010-05-01	100,00
2010-06-01	100,00
2010-07-01	100,00
2010-08-01	100,00
2010-09-01	100,00
2010-10-01	100,00
2010-11-01	100,00
2010-12-01	100,00

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific information required.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

Estados e Municípios, e que também poderá ser utilizado como plataforma para divulgação das licitações eletrônicas.

21. O art. 94 estabelece que é condição de eficácia dos contratos administrativos a divulgação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas PNCP. O Portal Nacional de Compras Públicas ainda não está em operação pois ainda está em desenvolvimento.

22. Os municípios com até 20.000 (vinte mil habitantes) terão o prazo de 6 (seis) anos, contados da publicação da Lei 14.133/2021 para realizar procedimentos eletrônicos, conforme regra de transição estabelecida no art. 176.

23. É notório que o Portal Nacional de Compras Públicas já se encontra disponível para ser utilizado, a partir de 2022. Por outro, lado os municípios de até 20.000 (vinte mil habitantes) deverão publicar no diário oficial e divulgar no sítio eletrônico oficial, os atos praticados com fundamento na Lei 14.133/2021, admitida a publicação na forma de extrato nos termos do art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei 14.133/2021.

24. Considerando que, atualmente, o **Município de São Mamede -PB** possui menos que 20 (vinte mil) habitantes, é que dispõe o portal eletrônico do IBGE da última contagem deverá publicar no diário oficial podendo ser na forma de extrato, e divulgar no sítio eletrônico oficial o ato que autorizou a contratação e o contrato, como condição de eficácia da contratação e do contrato.

VI - CONCLUSÃO

25. Diante o exposto, entendo que a contratação direta para o presente objeto é a melhor escolha, uma vez que está enquadrada na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e cumpriu os requisitos material e formal exigidos para que se contrate de forma direta.

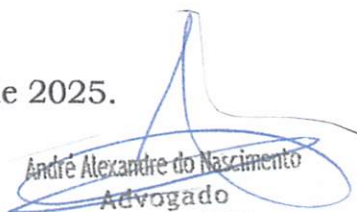
26. Este é o nosso parecer, S.M.J.

André Alexandre do Nascimento
 OAB 301



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

São Mamede - PB, 13 de fevereiro de 2025.


André Alexandre do Nascimento
Advogado
OAB/PB 26301

Santos & Nascimento Advogados Associados
Assessoria jurídica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 TRIBUNAL DA 1ª CÂMARA DE APPELAÇÃO
 JUIZ DE DIREITO

PROCESSO Nº 000.000.000/2000 - 1ª CÂMARA DE APPELAÇÃO

RECORRENTE: [nome]
 RECORRIDO: [nome]
 ADVOGADO: [nome]

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00012/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **HOMOLOGAR** o Processo de Dispensa de Licitação N.º 00012/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: **45.725.881 DAVID SILVA LOPES, CNPJ N.º 45.725.881/0001-46**, com endereço Rua Jose Pereira Lima, nº S/N, Centro, São Jose de Caiana – PB, CEP: 58.784-000. **Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)**, durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

PROPOSTA DE PREÇO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE SETOR DE LICITAÇÃO

A empresa **DAVID SILVA LOPES**, inscrita no CNPJ sob o nº 45.725.881/0001-46, instalada na Rua José Pereira Lima, S/N, Centro, CEP: 58.784-000, São José de Caiana-PB, apresenta proposta para **REALIZAÇÃO DO SERVIÇO ABAIXO LISTADO**, para o período de 12 meses, de acordo com a tabela abaixo:

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	Serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU E vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS/AIAB na UBS da secretaria de Saúde deste município.	MESES	12	R\$ 3.800,00	R\$ 45.600,00
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 45.600,00

São José de Caiana/PB, 05 de fevereiro de 2025



David Silva Lopes
Empresário



(83) 98179-9802



zeroum.visual@gmail.com



Rua José Pereira Lima, S/N
São José de Caiana, 58.784-00



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Pesquisa de Preços

EMPRESA: ALBINY LUCIANO DE ARAÚJO AMORIM

CNPJ: 14.986.805/0001-60

ENDERÇO: rua tenente manoel de oliveira lira, nº 08, centro / Teixeira-PB

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, vem solicitar cotação de preços para compor procedimento de licitação, para cotação de empresa a fim de realizar procedimento de contratação, conforme segue abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P. TOTAL
1	Serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU E vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS/AIAB na UBS da secretaria de Saúde deste município.	MÊS	12	4.100,00	49.200,00
				Total	

VALOR GLOBAL: 49.200,00

Validade: 90 dias.

Data: 04/ fevereiro /2025.

ALBINY LUCIANO DE ARAUJO AMORIM – MEI
CNPJ nº 14.986.805/0001-60
ASSINATURA/CARIMBO



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Pesquisa de Preços

EMPRESA: ML CONSULTORIA EM TECNOLOGIA-ME

CNPJ:35.091.014/0001-42

ENDERÇO: AV.Francisco Vidal de Moura, 51, Bela Vista, serra grande-PB

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, vem solicitar cotação de preços para compor procedimento de licitação, para cotação de empresa a fim de realizar procedimento de contratação, conforme segue abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P. TOTAL
1	Serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU E vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS/AIAB na UBS da secretaria de Saúde deste município.	MÊS	12	4.950,00R\$	59.400,00R\$
				Total	

VALOR GLOBAL:59.400,00R\$

Validade: 90 Dias

Data: 04/02/2025

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO JUNIOR DE ABREU
 Data: 04/02/2025 15:43:05-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Pesquisa de mercado

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da respectiva solicitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS SINGULARES DENTRO DO UNIVERSO DE SOLUÇÃO TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS, TAIS COMO SE COMPÕEM: ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE ENTRE ELES O SIM, SAMU E VIGILÂNCIAS COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES, ELABORAÇÕES DE PACTUAÇÕES, CAMPANHAS, VACINAÇÕES E REUNIÕES E APOIO TÉCNICO JUNTO. IMPLANTAÇÃO DE SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SISTEMAS SUS NA UBS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB.**

2.0.DA PESQUISA DE MERCADO

2.1. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado. pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

2.2.Mês que serviu de base para elaboração da referida pesquisa: Fevereiro de 2025.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores	MÊS	12	R\$ 4.283,33	R\$ 51.399,96



04051941 eb 6510228 100944 00 AVTASHT2U

[illegible]

S.T. DA PESQUISA DE MERCADO

[illegible]

3.3. Mês que serviu de base para elaboração da relatoria: Fevereiro de 2022.

DATE	TIME	LOCATION	REMARKS	REMARKS
11/11/55	10:00	10	1000	1000



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.				
Total				R\$ 51.399,96

3.0.DO VALOR

3.1.A estimativa preliminar total é equivalente a R\$ 51.399,96.

4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da ordem de serviço:

Início: Imediato

4.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, 12 (doze) meses, nos termos do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

4.3.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

4.4.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.5.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.8.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



4.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.11. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

4.12. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

São Mamede -PB, 07 de Fevereiro de 2025.

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS

4.1.1.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento de documentos comprobatórios de fato imprevisível ou inevitável de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 134 a 136, da Lei 14.133/21.

4.1.1.2. O reajuste poderá ser realizado por espolamento.

4.1.1.3. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 145 da Lei 14.133/21, de seguinte maneira: para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.

4.1.1.4. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 145 da Lei 14.133/21, de seguinte maneira: para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.

São Mateus - RS, 07 de Fevereiro de 2025.

VANDICO A. DE OLIVEIRA
Secretaria de Saúde

Assinatura: Vandico A. de Oliveira
Secretaria de Saúde
Data: 07/02/2025



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1.Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

3.Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que estão descritas no termo de referência, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4.Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5.Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.	MÊS	12

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

Início: Imediato;

Conclusão: A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROPOSTA DE CONTRATO Nº 001/2025

Este documento apresenta os estudos técnicos necessários para a elaboração de uma proposta de prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, visando a melhoria da gestão administrativa e financeira da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

A proposta de prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica, visando a melhoria da gestão administrativa e financeira da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, é apresentada por esta empresa, que possui experiência e qualificação para a realização dos serviços.

A contratação dos serviços de consultoria e assessoria técnica, visando a melhoria da gestão administrativa e financeira da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, é justificada pela necessidade de atualização das informações e dados necessários para a elaboração de uma proposta de prestação de serviços.

A contratação dos serviços de consultoria e assessoria técnica, visando a melhoria da gestão administrativa e financeira da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, é justificada pela necessidade de atualização das informações e dados necessários para a elaboração de uma proposta de prestação de serviços.

A contratação dos serviços de consultoria e assessoria técnica, visando a melhoria da gestão administrativa e financeira da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, é justificada pela necessidade de atualização das informações e dados necessários para a elaboração de uma proposta de prestação de serviços.

A contratação dos serviços de consultoria e assessoria técnica, visando a melhoria da gestão administrativa e financeira da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, é justificada pela necessidade de atualização das informações e dados necessários para a elaboração de uma proposta de prestação de serviços.

A contratação dos serviços de consultoria e assessoria técnica, visando a melhoria da gestão administrativa e financeira da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, é justificada pela necessidade de atualização das informações e dados necessários para a elaboração de uma proposta de prestação de serviços.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço

O quantitativo e a respectiva unidade atribuída, fundamentais ao dimensionamento da pretensa contratação em função da utilização provável, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente; a fim de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou mesmo a necessidade de se realizar novo certame, com consequente perda de economia de escala.

7. Levantamento de mercado

Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado. pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto do presente estudo técnico preliminar, da forma como se apresenta.

9. Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção e reparação de equipamentos de informática, com o objetivo de garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais da Prefeitura Municipal de São João del-Rei, Minas Gerais.

[illegible]

Administração e identificação dos recursos humanos, financeiros e materiais, bem como a avaliação dos resultados e a prestação de contas.

Agradecemos a todos os colaboradores que fizeram possível a realização desta obra.

de divulgação do edital.

Os que não tenham sido obtidos o comparecimento com nota de 6 (seis) meses de antecedência da data de realização formal de lotação, desde que seja apresentada justificativa de ausência devidamente fundamentada, poderão encontrar-se, mediante o menor preço encontrado, no Art. 53, § 1º, da Lei nº 14.133/21, relacionados no item 3.2.1.2.1, do Edital de contratação, definidos por meio de pareceres de homologação dos países nos custos para execução do objeto de contratação, definidos por meio de pareceres de homologação do menor preço na forma estabelecida no Art. 53, § 1º, da Lei nº 14.133/21, relacionados no item 3.2.1.2.1, do Edital de contratação.

[illegible][illegible]

de acordo com o plano de trabalho, a fim de garantir a continuidade das atividades e a qualidade dos serviços prestados.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado. pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

10.Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

11.Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não poderá incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo a impraticável cotação de quantidade inferior à demandada no procedimento para o respectivo item; quer seja na forma material, não sendo possível a execução em consórcio ou ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

12.Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.



de acordo com o Edital, a Comissão de Seleção deverá ser constituída por no mínimo 3 (três) membros, sendo que um deles deverá ser o representante da instituição de ensino superior, e os demais deverão ser membros da comunidade acadêmica, sendo que um deles deverá ser representante dos discentes. A Comissão de Seleção deverá ser constituída antes da abertura das inscrições e deverá ser responsável por todas as etapas do processo seletivo, incluindo a divulgação das informações, a aplicação das provas, a correção das mesmas e a divulgação dos resultados. A Comissão de Seleção deverá ser instalada no prazo de 15 (quinze) dias após a publicação do Edital e deverá manter suas reuniões de forma regular, sendo que a primeira reunião deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação do Edital. A Comissão de Seleção deverá ser responsável por todas as etapas do processo seletivo, incluindo a divulgação das informações, a aplicação das provas, a correção das mesmas e a divulgação dos resultados. A Comissão de Seleção deverá ser instalada no prazo de 15 (quinze) dias após a publicação do Edital e deverá manter suas reuniões de forma regular, sendo que a primeira reunião deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação do Edital.

16. Investições de capital como bem comum

de subordinação.

forma material, não sendo possível a execução em condições ou com a adequação para a realização de outras possibilidades de procedimento, quer seja no modo formal, não permitindo a intervenção em unidades e serias desmembradas. Entende-se que sobre o objeto da presente contratação não poderá haver negociação, sendo detalhada a) todas as particularidades e a dimensão das necessidades de Administração, bem detalhada a seleção que melhor atende aos interesses e ao único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima descrita.

processo limitado a ser desenvolvido para efetivação da presente contratação sera realizado em um procedimento competitivo, podendo o ato convocatório ter natureza mista. Neste sentido, a contratação poderá permitir cotações de unidades inferiores à denominada no edital, com a obrigação de aprovação dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo do conteúdo do edital. A natureza contratual, técnica e economicamente viável, praticada-se a licitação com vista ao melhor serviço oferecido pela Administração sendo divididos em lotes para parcelas e o qual que se apresenta divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Contudo, caso de licitação com a legislação vigente, a obrigação e parcelamento quanto o objeto da contratação tiver a justificativa para o parcelamento ou não da execução.

1.2. Resultados pretendidos

Quanto à eficiência, o atendimento de todas as demandas logísticas e financeiras, no âmbito da Administração, tem sido considerado satisfatório, tendo em vista a qualidade dos serviços prestados, a rapidez e a eficiência na entrega dos produtos e serviços, bem como a qualidade dos serviços prestados.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13.Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

14.Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15.Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

São Mamede - PB, 03 de Fevereiro de 2025.

VANILDA GAMBARRÁ DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde

Vanilda Gambarrá de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - APROVAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

1.0.DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.1.O referido Estudo Técnico Preliminar apresenta os trabalhos iniciais realizados, onde foi analisada a contratação pretendida, ao final avaliada como viável, demonstrando os elementos e as indicações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0.DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Estudo Técnico Preliminar em tela aprovado nos termos como se apresenta.

Estudo Técnico Preliminar aprovado - Art. 6º, XX, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação."

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação - planejamento preliminar - e servem para assegurar a sua viabilidade técnica bem como o tratamento de seu impacto ambiental.

São Mamede - PB, 03 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO

Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



SECRETARIA DE SAÚDE

São Mamede. - PB, 06 de Fevereiro de 2025.

Senhor prefeito Constitucional,

Solicitamos autorização para realizar procedimento de contratação direta por procedimento de dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, destinado a:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

Justificativa para a necessidade da solicitação:

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que estão descritas no termo de referência, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Diante do descrito, comunico a gestor municipal e solicito a autorização para a realização da Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

Informamos que existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos a inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Em anexo, elementos que instruem a presente Solicitação, inclusive:

- Documento de formalização da demanda - DFD.

Atenciosamente,

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008



100-443887-100

VOLUME 30 NUMBER 7

082-06090 - 84% ob 30.05.2005

Author's Note

Colaboração autorizada para fins de procedimento de controle interno por procedimento de

0,877. O conteúdo de cada uma das variáveis dependentes foi analisado por meio de estatísticas descritivas e testes de hipóteses. Para a análise de correlação entre as variáveis dependentes, utilizamos o coeficiente de correlação de Pearson. Para a análise de regressão, utilizamos o método dos mínimos quadrados. Os resultados das análises estatísticas são apresentados na Tabela 1.

relaxation was observed a more significant

As diferenças e muitas debilidades nos fundamentos de planejamento são evidentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas depois necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades consideradas oportunas e imprescindíveis, bem como relevantes medidas de interesse público, a saber: a) melhorias tecnológicas e técnicas e investimentos que estão descritas no plano de referência; b) processos de trabalho e essenciais; c) a contabilidade sobre a descrição detalhada, nos termos da contabilidade detalhada, que mescla com o conjunto de sempre buscar a racionalização dos

Estabelece-se que a prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos e eletrônicos, bem como a instalação e manutenção de sistemas de iluminação elétrica, é de natureza pública e, portanto, de interesse da comunidade, sendo, assim, de competência do Poder Público municipal. A prestação de tais serviços é de natureza essencial e, portanto, de interesse da comunidade, sendo, assim, de competência do Poder Público municipal. A prestação de tais serviços é de natureza essencial e, portanto, de interesse da comunidade, sendo, assim, de competência do Poder Público municipal.

Exercício 102: A tabela a seguir apresenta os dados de uma pesquisa realizada com 100 pessoas sobre o uso de redes sociais. O objetivo é analisar a distribuição dos dados e identificar possíveis tendências.

Como a maioria dos países, o Brasil também possui uma legislação específica para a proteção de dados pessoais, a Lei nº 13.709/2018, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Esta lei estabelece regras para a coleta, o uso, a divulgação e a eliminação de dados pessoais, visando garantir a privacidade dos indivíduos e a segurança das informações.

Em anexo, elementos que instruem a presente Solicitação, inclusive:

UFC - abstract of a thesis of a student

201602010914

2007-2008
 2007-2008
 2007-2008

SECRETARIA DE DEFESA



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

São Mamede - PB, 06 de Fevereiro de 2025.

Senhor Prefeito,

Solicitamos autorização para realizar procedimento de contratação direta por Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, destinado a **Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.**

Justificativa para a necessidade da solicitação:

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que estão descritas no termo de referência, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Também encaminhamos juntamente com a presente solicitação termo de referência e valor de referência para contratação, obtida com base em pesquisa de preço realizada previamente junto a fornecedores do ramo de atividade pertinente e/ou banco de preço.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos a inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Atenciosamente,

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde



ATTACHED TO COVER
BUREAU OF THE INSURANCE

DOCUMENTO DE FORMATAÇÃO DE DEMANDA

220 Manteiga - 150, 08 de Fevereiro de 2022

Johns?

1985 de acordo com o plano de desenvolvimento da indústria e comércio do município de São Manoel - MS.

justificados en el momento de su salida.

A contratação de serviços de consultoria, que mesmo com o devido cuidado de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho é essencial. A contratação de serviços de consultoria, nos termos das especificações técnicas e informações sendo solicitadas, para a realização de estudos de viabilidade econômica, social e ambiental, bem como a elaboração de projetos de engenharia, arquitetura, paisagismo, etc., é uma atividade essencial para a realização de obras de infraestrutura, visando a maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e normas definidas nas licitações e contratos administrativos.

Tais medidas são essenciais para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como para a redução dos custos operacionais. A implementação dessas medidas deve ser feita de forma planejada e controlada, com a participação de todos os envolvidos no processo.

1. Pentru a putea realiza obiectivele stabilite în planul de activitate, societatea este obligată să solicite de la societatea mamă informații privind activitatea acesteia în ceea ce privește activitatea desfășurată în România și în străinătate, precum și activitatea desfășurată în țările din care societatea mamă este compusă.

DATE: 10/18/69

...*...a*...

800-455-5888

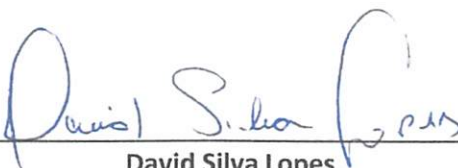
PROPOSTA DE PREÇO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
SETOR DE LICITAÇÃO

A empresa **DAVID SILVA LOPES**, inscrita no CNPJ sob o nº 45.725.881/0001-46, instalada na Rua José Pereira Lima, S/N, Centro, CEP: 58.784-000, São José de Caiana-PB, apresenta proposta para **REALIZAÇÃO DO SERVIÇO ABAIXO LISTADO**, para o período de 12 meses, de acordo com a tabela abaixo:

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	Serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU E vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS/AIAB na UBS da secretaria de Saúde deste município.	MESES	12	R\$ 3.800,00	R\$ 45.600,00
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 45.600,00

São José de Caiana/PB, 05 de fevereiro de 2025



David Silva Lopes
Empresário



(83) 98179-9802



zeroum.visual@gmail.com



Rua José Pereira Lima, S/N
São José de Caiana, 58.784-00



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Pesquisa de Preços

EMPRESA: ALBINY LUCIANO DE ARAÚJO AMORIM

CNPJ: 14.986.805/0001-60

ENDERÇO: rua tenente manoel de oliveira lira, nº 08, centro / Teixeira-PB

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, vem solicitar cotação de preços para compor procedimento de licitação, para cotação de empresa a fim de realizar procedimento de contratação, conforme segue abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P. TOTAL
1	Serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU E vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS/AIAB na UBS da secretaria de Saúde deste município.	MÊS	12	4.100,00	49.200,00
				Total	

VALOR GLOBAL: 49.200,00

Validade: 90 dias .

Data: 04/ fevereiro /2025.

ALBINY LUCIANO DE ARAUJO AMORIM – MEI
CNPJ nº 14.986.805/0001-60
ASSINATURA/CARIMBO



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Pesquisa de Preços

EMPRESA: ML CONSULTORIA EM TECNOLOGIA-ME

CNPJ:35.091.014/0001-42

ENDERÇO: AV.Francisco Vidal de Moura, 51, Bela Vista, serra grande-PB

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, vem solicitar cotação de preços para compor procedimento de licitação, para cotação de empresa a fim de realizar procedimento de contratação, conforme segue abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P. TOTAL
1	Serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU E vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS/AIAB na UBS da secretaria de Saúde deste município.	MÊS	12	4.950,00R\$	59.400,00R\$
				Total	

VALOR GLOBAL:59.400,00R\$

Validade: 90 Dias

Data: 04/02/2025

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCO JUNIOR DE ABREU
Data: 04/02/2025 15:43:05-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Pesquisa de mercado

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da respectiva solicitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS SINGULARES DENTRO DO UNIVERSO DE SOLUÇÃO TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS, TAIS COMO SE COMPÕEM: ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE ENTRE ELES O SIM, SAMU E VIGILÂNCIAS COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES, ELABORAÇÕES DE PACTUAÇÕES, CAMPANHAS, VACINAÇÕES E REUNIÕES E APOIO TÉCNICO JUNTO. IMPLANTAÇÃO DE SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SISTEMAS SUS NA UBS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB.**

2.0.DA PESQUISA DE MERCADO

2.1. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado. pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

2.2.Mês que serviu de base para elaboração da referida pesquisa: Fevereiro de 2025.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores	MÊS	12	R\$ 4.283,33	R\$ 51.399,96



SECRETARIA DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: pesquisa de mercado

1.0 DO OBJETO

1.1. O presente objeto da respectiva contratação refere-se à aquisição de serviços especializados para elaboração de projeto de engenharia civil, especificamente para elaboração de projeto de fundações e estrutura para construção de uma obra de infraestrutura urbana, visando a melhoria das condições de saneamento básico e a promoção da saúde pública. O projeto deverá considerar as normas técnicas e regulamentações vigentes, bem como as particularidades do local e do terreno a ser construído. Os serviços a serem contratados incluem a elaboração de projeto executivo, acompanhamento da obra e prestação de consultoria técnica durante a execução dos trabalhos.

2.0 DA PESQUISA DE MERCADO

2.1. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio do levantamento de preços praticados no mercado, a Prefeitura Municipal de São Manoel realizou a pesquisa de mercado para a aquisição dos serviços de engenharia civil, visando a obtenção da melhor proposta técnica e econômica. A pesquisa foi realizada por meio de consulta direta a empresas especializadas no ramo, com a finalidade de obter informações sobre os preços praticados no mercado para a execução dos serviços objeto da contratação. Os dados coletados foram analisados e resultaram na elaboração da planilha de preços apresentada no item 3.0.

3.0 DA PESQUISA DE MERCADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
01	Elaboração de projeto executivo de fundações e estrutura para construção de obra de infraestrutura urbana, visando a melhoria das condições de saneamento básico e a promoção da saúde pública.	m²	1.000,00	R\$ 17.302,88	R\$ 17.302,88



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.				
Total				R\$ 51.399,96

3.0.DO VALOR

3.1.A estimativa preliminar total é equivalente a R\$ 51.399,96.

4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da ordem de serviço:

Início: Imediato

4.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, 12 (doze) meses, nos termos do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

4.3.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

4.4.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.5.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.8.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



4.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.11. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

4.12. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

São Mamede -PB, 07 de Fevereiro de 2025.

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008



AMERICAN AIR FORCE
WASHINGTON, D.C. 20330-5000

„Internationally recognized standards shall apply 0.01.“

4.1.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência inevitável, observadas as disposições das Arts. 134 a 136, da Lei 14.133/21.

4.13. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 e 145 da Lei 14.133/21, de seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.

250 Mende - 48, 07 de Fevereiro de 2018.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIVIL

30001 11664



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.**

2.0.JUSTIFICATIVA

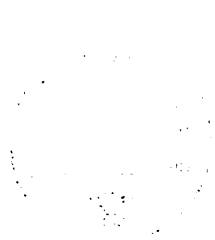
2.1. Para a contratação:

2.1.1. A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que estão descritas no termo de referência, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3.0.DO SERVIÇO

3.1.O quantitativo e a respectiva unidade em função do serviço e utilização prováveis são:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o	MÊS	12	R\$ 4.283,33	R\$ 51.399,96



ESTADO DO PARANÁ MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.1. OBJETIVO

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de serviços especializados para a realização de estudos de viabilidade técnica e econômica para a implantação de uma unidade de produção de energia elétrica, com capacidade instalada de 10 MW, no município de São Manoel, Paraná. O estudo deverá considerar as condições locais, a disponibilidade de recursos hídricos, a infraestrutura existente e a viabilidade econômica do projeto. O estudo deverá ser elaborado por uma equipe técnica especializada, com experiência em projetos de energia elétrica, e deverá ser entregue no prazo de 30 dias úteis, a partir da data de assinatura do Termo de Referência.

2.1.1. OBJETIVO

3.1.1. Para a contratação

3.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, com o objetivo de otimizar o processo de contratação, sendo solicitada a apresentação de propostas técnicas e econômicas, considerando a viabilidade técnica e econômica do projeto. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, com o objetivo de otimizar o processo de contratação, sendo solicitada a apresentação de propostas técnicas e econômicas, considerando a viabilidade técnica e econômica do projeto. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, com o objetivo de otimizar o processo de contratação, sendo solicitada a apresentação de propostas técnicas e econômicas, considerando a viabilidade técnica e econômica do projeto.

3.1.1. Para a contratação

3.1.1. O quantitativo e a respectiva unidade em função do serviço a ser contratado, conforme tabela abaixo:

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	M²	CONCRETO ARMADO	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
01	M³	CONCRETO SIMPLES	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
01	M³	CONCRETO ARMADO	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
01	M³	CONCRETO SIMPLES	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
01	M³	CONCRETO ARMADO	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
01	M³	CONCRETO SIMPLES	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
01	M³	CONCRETO ARMADO	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
01	M³	CONCRETO SIMPLES	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
01	M³	CONCRETO ARMADO	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
01	M³	CONCRETO SIMPLES	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.				
Total				R\$ 51.399,96

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

4.2.A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observe, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

5.5. Realizar a fiscalização, controle e acompanhamento da execução do objeto do presente contrato

5.6 Dar os meios necessários para o efetivo cumprimento do presente contrato, assegurando pagamento em dia, dentro do prazo acordado.



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



5.7 Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega dos produtos do objeto e, ainda:

6.1.2. Realizar os serviços com empregados capacitados;

6.1.3. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desde Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto;

6.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.5. Comunicar à Administração, com antecedência, a impossibilidade de cumprimento do objeto contratado, advertindo outro meio para realizar o Serviço;

6.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

6.1.8. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto, cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

6.1.9 A contratada deverá prestar os serviços no município de São Mamede – PB, ou em escritório da empresa.

6.1.10 Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

6.1.11 Cumprir e fazer cumprir determinações do ministério da Saúde;



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



6.1.12 Comparecer a secretaria de saúde para acompanhar os programas e ações demandadas;

7.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

7.1.O prazo máximo para prestação do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado:

7.1.1.Início: Imediato.

7.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, tendo 12 (doze) meses de vigência, nos termos do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

8.1.Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano.

8.2.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

7.1.1. O prazo máximo para prestação de serviços de manutenção de programas e sistemas será de 12 (doze) meses.

7.2. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

7.2.1. O prazo máximo para prestação de serviços de manutenção de programas e sistemas será de 12 (doze) meses.

7.2.1.1. Início: imediato.

7.2.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, sendo 12 (doze) meses de vigência, nos termos do art. 102, da Lei nº 14.133/2021.

8. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTREITO

8.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, a manutenção de programas e sistemas poderá sofrer reajuste após o término de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-15GE acumulado, tomando-se por base o mês de orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o reajuste mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratado pagará ao Contratante a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Ficará o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preço do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nos reajustes finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



8.8.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0.DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento das despesas decorrentes da prestação dos serviços a que se refere o presente Contrato será realizado com Recursos Orçamentários da Prefeitura Municipal de SÃO MAMEDE - PB;

9.2 – Será emitida nota fiscal, fatura ou documento equivalente, onde os pagamentos serão efetuados, após o atesto da prestação dos serviços pelo Prefeito e outros com poderes a eles delegados, acompanhado da respectiva documentação fiscal.

9.3 – Os pagamentos serão efetuados observando - se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme estabelecido pelo Art.141, da Lei n.º 14.133/2021.

10.0.DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1.Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2.Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica;

qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentre outras, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto

pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I - dar causa à inexecução parcial do contrato; II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Caput as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

Illegible text from a document page.

Isi ob 1041. JNA ob vođicovaleb el, cesso e cunotinos, perovvedo chuscitino? obaq
JISCELM

13.1. São designados pelo Conselho representantes com atribuições de Gestão e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atividades.

[illegible]

dominadas por las de los países europeos
- El resto de países no europeos

(S) - 1

1040 · 41

(11) - Representar as linhas e pontos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de uma entidade que tiver sido submetida a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Segundo - No caso de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, no que diz respeito ao prazo para a prestação dos serviços, será aplicada multa de mora a incidir sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no percentual de:

a.1) de 1% (um por cento) sobre o valor contratado por dia de atraso, na inexecução do objeto deste contrato, até o (trigésimo) dia e/ou constado o desacordo com as condições estabelecidas.

b) No caso de descumprimento das obrigações contratuais executadas as situações previstas no subitem anterior serão aplicada multa compensatória no percentual de:

b.1) de 15% (quinze por cento) a ser aplicada sobre o valor do empenho, referente a execução do serviço não executado no caso de inexecução parcial do serviço;

b.2) de 30% (trinta por cento) a ser aplicado sobre o valor do contrato no caso de inexecução total da prestação do serviço.

Parágrafo Terceiro - O valor da multa aplicada será descontado no pagamento e, quando for o caso cobrado judicialmente;

São Mamede -PB, 07 de Fevereiro de 2025.

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

12 - O valor da multa aplicada sobre o valor do contrato no caso de inexecução total do serviço será de 30% (trinta por cento) a ser aplicada sobre o valor do contrato no caso de inexecução parcial do serviço.

§ 1º Na aplicação das sanções serão consideradas:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as circunstâncias do caso concreto;

III - as circunstâncias atenuantes ou agravantes;

IV - os danos que esta provoque para a Administração Pública;

V - a importância ou o desenvolvimento do programa de trabalho, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Único - No caso de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, no prazo de 30 (trinta) dias para a prestação dos serviços, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no primeiro dia de atraso.

Art. 15 - (um por cento) sobre o valor contratado por dia de atraso, na inexecução de objeto deste contrato, este o (trigésimo) dia após o vencimento do prazo para a prestação dos serviços.

b) No caso de descumprimento das obrigações contratuais executadas as sanções previstas no subitem anterior serão aplicadas multa compensadora no percentual de:

a) 1% (um por cento) sobre o valor do contrato a ser aplicada sobre o valor do contrato referente a execução do serviço não executado no caso de inexecução parcial do serviço;

b) 30% (trinta por cento) a ser aplicada sobre o valor do contrato no caso de inexecução total do serviço.

Parágrafo Único - O valor da multa aplicada será descontado no pagamento quando for o caso cabendo judicialmente.

São Paulo, 07 de Fevereiro de 2025.

Assinatura do Contratado
Data: 15/02/2025

VANILIA DAMASCENO DE MENDONÇA LOPES
Secretária de Saúde



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS SINGULARES DENTRO DO UNIVERSO DE SOLUÇÃO TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS, TAIS COMO SE COMPÕEM: ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE ENTRE ELES O SIM, SAMU E VIGILÂNCIAS COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES, ELABORAÇÕES DE PACTUAÇÕES, CAMPANHAS, VACINAÇÕES E REUNIÕES E APOIO TÉCNICO JUNTO. IMPLANTAÇÃO DE SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SISTEMAS SUS NA UBS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB.

1.0.DO TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0.DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

Termo de Referência aprovado - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"

...

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:"

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

São Mamede- PB, 07 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL



ESTADO DA PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL

TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO

O OBJETO DO TERMO DE REFERÊNCIA É A APROVAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE CONSULTORIA E APOIO TÉCNICO JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL-PR. O TERMO DE REFERÊNCIA É APROVADO NA FORMA COMO SE APRESENTA.

1.0 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a permitir a escolha da melhor proposta, levando em consideração as necessidades da Administração, representadas pela sua estrutura organizacional.

2.0 DA APROVAÇÃO

2.1 Fica o Termo de Referência em sua aprovação na forma como se apresenta.

Termo de Referência aprovado em 07 de Fevereiro de 2025.

"Art. 6º Para os fins desta Lei considera-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter as seguintes informações e elementos descritivos:

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada, para caracterizar o objeto da contratação.

São Manoel-PR, 07 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO

Presidente do Conselho
Municipal



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



REFERENTE: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Realização do referido processo de contratação direta objetivando:

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

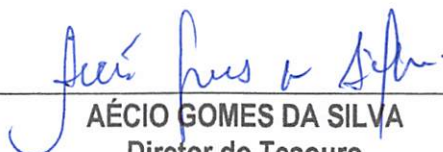
DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos Próprios do Município de São Mamede:

02.081 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - 10 301 2014 2067 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde – 10 301 2014 2129 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Básica - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.39, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

São Mamede - PB, 10 de Fevereiro de 2025.



AÉCIO GOMES DA SILVA
Diretor do Tesouro



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.**

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1. Para a contratação:

2.1.1. A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que estão descritas no termo de referência, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3.0.DO SERVIÇO

3.1.O quantitativo e a respectiva unidade em função do serviço e utilização prováveis são:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o	MÊS	12	R\$ 4.283,33	R\$ 51.399,96

0793 80 0044

1.1. O presente objeto do presente Termo de Referência é a prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos, bem como a aquisição de peças e componentes necessários para a manutenção dos equipamentos. Os serviços serão prestados no âmbito da Prefeitura Municipal de São João del-Rei, no Estado de Minas Gerais, sob a supervisão da Comissão de Licitação e Fiscalização.

ABSTRACT

31-8975 a CONTINUING

[illegible]

0014752 00000

21.05.2019

[illegible]



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.				
Total				R\$ 51.399,96

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

4.2.A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observe, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

5.5. Realizar a fiscalização, controle e acompanhamento da execução do objeto do presente contrato

5.6 Dar os meios necessários para o efetivo cumprimento do presente contrato, assegurando pagamento em dia, dentro do prazo acordado.



ed
eu
es
e
to
on
of
as
is

de 5.A participação no comércio portuário, deverá ser aberta a qualquer interessado, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiperados, nos termos da legislação vigente.

ETHANASTYVID:00 3502ASIN:00 249.0.2

5.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

Exime o Contrato de sua responsabilidade decorrente de qualquer fato ocorrido durante a execução do contrato, exceto a mais ampla e completa fiscalização e que não qualifique das ações, exceto a mais ampla e completa fiscalização e que não

3.4. Observar, em conformidade com o objeto da contratação, as disposições das

[illegible]

5.8. Para os meios necessários para o efetivo cumprimento do presente contrato, o contratado deverá providenciar, sob sua responsabilidade, todos os recursos necessários para a execução das atividades, dentro do prazo acordado.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



5.7 Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega dos produtos do objeto e, ainda:

6.1.2. Realizar os serviços com empregados capacitados;

6.1.3. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desde Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto;

6.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.5. Comunicar à Administração, com antecedência, a impossibilidade de cumprimento do objeto contratado, advertindo outro meio para realizar o Serviço;

6.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

6.1.8. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto, cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

6.1.9 A contratada deverá prestar os serviços no município de São Mamede – PB, ou em escritório da empresa.

6.1.10 Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

6.1.11 Cumprir e fazer cumprir determinações do ministério da Saúde;



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



6.1.12 Comparecer a secretaria de saúde para acompanhar os programas e ações demandadas;

7.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

7.1.O prazo máximo para prestação do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado:

7.1.1.Início: Imediato.

7.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, tendo 12 (doze) meses de vigência, nos termos do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

8.1.Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano.

8.2.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

7.1.1.1. Início: imediato.

7.0. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

7.1.0. Prazo máximo para prestação de objeto da contratação, sob condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, esta opção indicada e será considerada.

7.1.1. Início: imediato.

7.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, sendo 12 (doze) meses de vigência, nos termos do art. 102, da Lei nº 14.133/2021.

8.0. DO REALIZAMENTO DO SERVIÇO

8.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, a mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o término de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IGP-A-190E acumulado, tomando-se por base o mês de orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anulação.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o reajuste mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de aumento ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratado pagará ao Contratante a importância calculada pela última variação controlada, liquidando a diferença correspondente ao índice divulgado. Não o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nos ajustes finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**

8.8.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0.DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento das despesas decorrentes da prestação dos serviços a que se refere o presente Contrato será realizado com Recursos Orçamentários da Prefeitura Municipal de SÃO MAMEDE - PB;

9.2 – Será emitida nota fiscal, fatura ou documento equivalente, onde os pagamentos serão efetuados, após o atesto da prestação dos serviços pelo Prefeito e outros com poderes a eles delegados, acompanhado da respectiva documentação fiscal.

9.3 – Os pagamentos serão efetuados observando - se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme estabelecido pelo Art.141, da Lei n.º 14.133/2021.

10.0.DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1.Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2.Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica;

qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentre outras, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



ADDRESS ADDRESS

Administrative, no session, see meeting minutes 0.8.8

1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, contado a partir da data de emissão do documento comprobatório do fato infrator, não poderá ser inferior ao previsto na legislação aplicável, observadas as disposições dos arts. 134 e 135 da Lei nº 14.133/2021.

DIFFRACTION ORDER

Municipal de SÃO PAULO - SP

163

[illegible][illegible]

respectivamente.

[illegible]

Ata 70, do mesmo diploma local.

OTKAZO NA OBAZUJENJE ZA OBAZUJENJE OD 0.1.1.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto

pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I - dar causa à inexecução parcial do contrato; II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Caput as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;



1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525

...așa că trebuie să se facă o analiză a situației și să se găsească o soluție. În acest sens, trebuie să se facă o analiză a situației și să se găsească o soluție.

lel ab 041 dA ob vođplogalb ađ ,perso e onnotnoo ,perso pado odustitnoo oblog
JUNE 194

OTIMIZAÇÕES E Otimização de Algoritmos de Busca e de Armazenamento de Dados.

13.1. São devidos pelo Contratante ao Contratado pelo presente contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, respectivamente, o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a execução e manutenção do sistema de gerenciamento de informações, bem como a prestação de serviços de suporte técnico e treinamento dos usuários, conforme especificado no Anexo I do presente contrato.

ЗАУПРАВЛЕНИЕ ОБРАЗОВАНИЯ

[illegible][illegible]

10089556 - 1

1000000 - 1000000

III - Aproveitamento de terras não dadas no âmbito da Administração Pública direta e indireta de uma federação que tiver sido dada a título de concessão, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Segundo - No caso de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, no que diz respeito ao prazo para a prestação dos serviços, será aplicada multa de mora a incidir sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no percentual de:

a.1) de 1% (um por cento) sobre o valor contratado por dia de atraso, na inexecução do objeto deste contrato, até o (trigésimo) dia e/ou constado o desacordo com as condições estabelecidas.

b) No caso de descumprimento das obrigações contratuais executadas as situações previstas no subitem anterior serão aplicada multa compensatória no percentual de:

b.1) de 15% (quinze por cento) a ser aplicada sobre o valor do empenho, referente a execução do serviço não executado no caso de inexecução parcial do serviço;

b.2) de 30% (trinta por cento) a ser aplicado sobre o valor do contrato no caso de inexecução total da prestação do serviço.

Parágrafo Terceiro - O valor da multa aplicada será descontado no pagamento e, quando for o caso cobrado judicialmente;

São Mamede -PB, 07 de Fevereiro de 2025.

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

IV - a execução do contrato de prestação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis, bens imóveis, bens materiais e bens imateriais, bem como bens de natureza financeira, de capital e de consumo, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano;

§ 1º Na execução dos serviços de manutenção e conservação de bens móveis, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano;

I - a execução e a manutenção de obras de infraestrutura de saneamento básico;

II - as atividades de manutenção e conservação de bens móveis, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano;

III - as atividades de manutenção e conservação de bens imóveis, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano;

IV - as atividades de manutenção e conservação de bens materiais e bens imateriais, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano;

V - a execução de obras de infraestrutura de saneamento básico, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano;

§ 2º No caso de execução de obras de infraestrutura de saneamento básico, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, a execução dos serviços de manutenção e conservação de bens móveis, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, será aplicada multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no vencimento dos serviços.

§ 3º No caso de execução de obras de infraestrutura de saneamento básico, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, a execução dos serviços de manutenção e conservação de bens imóveis, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, será aplicada multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no vencimento dos serviços.

§ 4º No caso de execução de obras de infraestrutura de saneamento básico, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, a execução dos serviços de manutenção e conservação de bens materiais e bens imateriais, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, será aplicada multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no vencimento dos serviços.

§ 5º No caso de execução de obras de infraestrutura de saneamento básico, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, a execução dos serviços de manutenção e conservação de bens móveis, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, será aplicada multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no vencimento dos serviços.

§ 6º No caso de execução de obras de infraestrutura de saneamento básico, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, a execução dos serviços de manutenção e conservação de bens imóveis, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, será aplicada multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no vencimento dos serviços.

§ 7º No caso de execução de obras de infraestrutura de saneamento básico, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, a execução dos serviços de manutenção e conservação de bens materiais e bens imateriais, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Administração, com o limite de 5 (cinco) milhões de reais por ano, será aplicada multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no vencimento dos serviços.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025.

Vandico A. de Oliveira
Secretário de Administração
Data: 06/02/2025

VALERIA DAMASCENO DE MENDONÇA LOPES
Secretária de Saúde



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS SINGULARES DENTRO DO UNIVERSO DE SOLUÇÃO TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS, TAIS COMO SE COMPÕEM: ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE ENTRE ELES O SIM, SAMU E VIGILÂNCIAS COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES, ELABORAÇÕES DE PACTUAÇÕES, CAMPANHAS, VACINAÇÕES E REUNIÕES E APOIO TÉCNICO JUNTO. IMPLANTAÇÃO DE SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SISTEMAS SUS NA UBS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB.

1.0.DO TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0.DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

Termo de Referência aprovado - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"

...

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:"

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

São Mamede- PB, 07 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO

Prefeito Constitucional
FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
PREFEITO CONSTITUCIONAL

~~CONFIDENTIAL - AUTHORIZED PERSONNEL ONLY~~

SUBS NA LIDE A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PA
APOIO TÉCNICO JUNTO IMPLANTAÇÃO DE SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SISTEMAS
APÓS ELABORAÇÃO DE PROVAÇÕES, CAMPANHAS VACINAÇÕES E REUNIÕES E
SAÚDE ENTRE ELIS O SIM, SAMU E VISITÂNCIAS COM O DESSENVOLVIMENTO DE
CONFORME ASSessoria E CONSULTORIA NAS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA
DETENDO DO UNIVERSO DE SOLUÇÃO TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS TAMBÉM COMO SE
DEBEMO CONTRIBUIR PARA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

1. O referido Termo de Referência tem por finalidade estabelecer a metodologia a ser utilizada para a elaboração do plano de trabalho de cada uma das atividades a serem realizadas no âmbito da Administração, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados.

[illegible]

Tuono di tamburi, scandito da un coro

"let's believe in a deep and so much '83. HA"

sup. pozare e anul de cucerire a unei chesovei dintr-unul reînnoșat de armă - XXX
"acțiunile aceluia și găsirea aceluia în starea de"

do tatios avab, zaratimilita adincol adubas con lhas s, siq-steret eb conet co asq-uciale A
oteplo e zaratimilita siq-uciale adubas eb lhas s, siq-steret e conet co asq-uciale A

0202 ep discover: al 70 87 -chemM o52

EXAMINADO: JACQUES LOUIS DE BONNA FILHO

Lester K. Born, *Editorial Board*



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 28/02/2025 às 12:18:41 foi protocolizado o documento sob o Nº 23766/25 da subcategoria Licitações , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de São Mamede, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Vandico Alves de Oliveira.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São Mamede

Número da Licitação: 00012/2025

Órgão de Publicação: Jornal Oficial do Município

Data de Homologação: 21/02/2025

Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de São Mamede

Modalidade: Dispensa (Lei Nº 14.133/2021)

Tipo do Objeto: Compras e Serviços

Tipo de Compra ou Serviço: Outros

Valor: R\$ 45.600,00

Fontes de Recursos: Recursos não Vinculados de Impostos (500), Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (600), Outros Recursos não Vinculados (501).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS SINGULARES DENTRO DO UNIVERSO DE SOLUÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVAS, TAIS COMO SE COMPÕEM: ASSESSORIA E CONSULTORIA NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE, ENTRE ELES O SIM, SAMU E VIGILANCIAS, COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES, ELABORAÇÕES DE PACTUAÇÕES, CAMPANHAS, VACINAÇÕES E REUNIÕES DE APOIO TÉCNICO JUNTO. IMPLANTAÇÃO DE SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SISTEMAS SUS NA UBS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE - PB.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 45.600,00

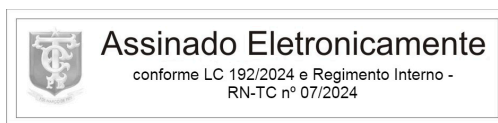
Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): David Silva Lopes 10882033450

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 45.725.881/0001-46

Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Análise jurídica da contratação	Sim	0a7220f5c1fe01d3d645a111fdaa2cfe
Autorização da autoridade competente	Sim	956c82f73e3cae5c7ff1522bb18533f3
Estimativa da despesa	Sim	d6e44b4b2ae329b46571bf7d6c8bd64d
Estudo Técnico Preliminar	Sim	f263841291f0d99b6d8cff09ab25ce71
Formalização de demanda	Sim	35f92fbfff555327939b5951292d08f5
Justificativa de preço	Sim	55ff4b8f53a0442ac7a82f40040f79bd
Justificativa para a escolha do contratado	Sim	9972e7908f7b2a1aa9f7d51952548661
Previsão Orçamentária	Sim	aa3e57ec09d63b486603e7eaad531e0e
Projeto básico ou termo de referência, conforme o caso	Sim	e1b3bc16315fcb20d3177d64af3d6ed4
Proposta 1 - Proposta e Anexos - David Silva Lopes 10882033450	Sim	41a0b4045992c600ea17311081b50b0e

João Pessoa, 28 de Fevereiro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

**CONTRATO PARA SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NOS
SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE SIM, SAMU E VIGILÂNCIAS - Nº:
02.00012/2025**

DISPENSA Nº 00012/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2025

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE - PB
E A EMPRESA 45.725.881 DAVID SILVA LOPES,
CNPJ Nº 45.725.881/0001-46, PARA OS SERVIÇOS
CONFORME DISCRIMINADO NESTE
INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, com endereço a Rua Janúncio Nóbrega, N.º 01, Centro, São Mamede, Estado da Paraíba, CEP nº 58.625-000, e-mail licitacao@saomamede.pb.gov.br, inscrita no CNPJ sob o nº 08.922.718/0001-47, neste ato representado pelo seu Prefeito a Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO, brasileiro, advogado, domiciliado nesta cidade, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa 45.725.881 DAVID SILVA LOPES, CNPJ Nº 45.725.881/0001-46, com endereço na Rua Jose Pereira Lima, nº S/N, Centro, São Jose de Caiana – PB, CEP: 58.784-000, doravante simplesmente denominada de **CONTRATADA**, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato decorre da licitação DISPENSA 0012/2025, processada nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objeto: **Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.** O fornecimento dos serviços deverá obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, DISPENSA 0012/2025 e instruções da Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLAUSULA TERCEIRA- DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

[illegible]

2025 RELEASE UNDER E.O. 14176

61001-97 0-1-100718/1934 10/23/1940

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific information required.

1. O presente documento é propriedade exclusiva do Estado de Mato Grosso do Sul e não pode ser reproduzido, total ou parcialmente, sem a autorização expressa do Poder Judiciário.

01/27/2013 09:56 AM - 01/28/2013 11:52 AM

Datum: 23.11.2018
 Ort: ...

10 PARTIAL LOG OFFERED TO : 7 CUBIC FEET

1) presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos, especificamente de computadores, impressoras, scanners, câmeras, etc., para o uso da Prefeitura Municipal de São Paulo, no âmbito do Departamento de Administração, sob a supervisão do Departamento de Informática.

AGUAYTAYO, 13 DE AGOSTO DE 1992



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

- a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desde Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.
- b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- c) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto, cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.
- e) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções:
- h) A contratada tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em que compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- i) A contratada é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- j) A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- l) Cumprir e fazer cumprir determinações do ministério da Saúde;
- m) Comparecer a secretaria de saúde para acompanhar os programas e ações demandadas.

CLAUSULA QUARTA-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Supervisionar e execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos do serviço.

- a) Notificar, por escrito e verbalmente, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para cumprimento do objeto;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.
- e) Colocar a disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias a execução do objeto;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

- f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.
- h) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.
- i) Efetuar, quando julgar necessário, inspeção e vistoria dos serviços prestado, ou já previamente em execução, colocando a sua disposição, com a finalidade de verificar as condições em perfeita concordância com a proposta e o Presente instrumento Contratual.
- j) Efetuar o pagamento mensal devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- k) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- l) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- m) Atuar com poder de império suspendendo e execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- n) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento;

CLAUSULA QUINTA- DO VALOR, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E VIGENCIA

- 5.1 O presente contrato terá o valor mensal de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).
- 5.2 Será emitida nota fiscal, fatura ou documento equivalente, onde os pagamentos serão efetuados, após o atesto da prestação dos serviços pelo Prefeito e outros com poderes a eles delegados, acompanhado da respectiva documentação fiscal.
- 5.3 O presente Contrato vigorará a partir da assinatura 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.
- 5.4 os preços contratados serão firmes e irrevogáveis.

CLAUSULA SEXTA- DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 6.1 Constituem motivo para a alteração contratual os limites permitidos pela lei 14.133/2021, art. 124.
- 6.2 O presente contrato poderá ser extinto em conformidade com o disposto nos art. 137, 138 e 139 da lei 13.144.

CLAUSULA SETIMA- DAS PENALIDADES

- 7.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:
 - a) Dar causa a inexecução parcial do contrato:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

- b) Dar causa á inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa a inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificativo;
- g) Praticar atos ilícitos com visitas a frustrar os objetos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas, acima as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de , 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- c) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa previa, o CONTRATANTE poderá fazer retenção do valor correspondente a multa, até a decisão final da defesa previa. Caso a defesa previa seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias uteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

CLAUSULA OITAVA- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação: Recursos Próprios do Município: 02.081 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - 10 301 2014 2067 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde – 10 301 2014 2129 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Básica - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.39, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, os recursos financeiros para ocorrer o adimplemento serão os provenientes de dotação Orçamentária vigente

CLAUSULA NONA- DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

9.1- Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstancias na Lei nº 14.133, de 1 abril de 2021e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito públicos, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

9.1- Fica eleito o Foro da cidade de Patos-PB, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas desde Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

9.3- Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02(duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes pelas testemunhas abaixo.

São Mamede -PB, 21 de Fevereiro de 2025.



Documento assinado digitalmente
FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FIL
Data: 23/02/2025 10:41:38-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE-PB
CONTRATANTE



Documento assinado digitalmente
DAVID SILVA LOPES
Data: 25/02/2025 09:38:22-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

45.725.881 DAVID SILVA LOPES
CNPJ Nº 45.725.881/0001-46
CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: _____ CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



EXTRATO DO CONTRATO N.º 02.00012/2025

DISPENSA N.º. 00012/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ n.º 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA 45.725.881 DAVID SILVA LOPES, CNPJ N.º 45.725.881/0001-46.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

VALOR MENSAL: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026

DATA: São Mamede – PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
GABINETE DO PREFEITO



PORTARIA ADMINISTRATIVA N° 009/2025

O **Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba**, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear a Senhorita, **CARLA MANUELLA DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portadora do CPF: 107.328.304-60, para exercer a função de **Fiscal de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:

REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.


FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
GABINETE DO PREFEITO**



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 011/2025

O **Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba**, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer a função de **Gestor de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:

REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.


FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 009/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear a Senhorita, **CARLA MANUELLA DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portadora do CPF: 107.328.304-60, para exercer a função de **Fiscal de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 010/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

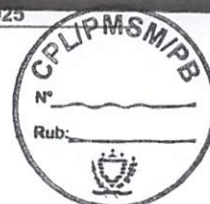
RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Secretário de Controle Interno e Corregedoria**, junto à Secretaria de Controle Interno e Corregedoria do Município, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 018/2013, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 011/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer a função de **Gestor de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: **45.725.881 DAVID SILVA LOPES**, CNPJ Nº 45.725.881/0001-46, com endereço Rua Jose Pereira Lima, nº S/N, Centro, São Jose de Caiana – PB, CEP: 58.784-000. Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais), durante o presente exercício financeiro.



São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.


 FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
 Prefeito Constitucional

EXTRATO DO CONTRATO N.º 02.00012/2025

DISPENSA N.º. 00012/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ nº 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA 45.725.881 DAVID SILVA LOPES, CNPJ Nº 45.725.881/0001-46.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

VALOR MENSAL: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026

DATA: São Mamede – PB, 21 de Fevereiro de 2025.


 FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
 Prefeito Constitucional

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00011/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **HOMOLOGAR** o Processo de Dispensa de Licitação N.º 00011/2025, objetivando a Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma continua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: **50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES**, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49, com endereço AV Francisco Vidal de Moura, nº 445, Bela Vista, Serra Grande – PB, CEP: 58.955-000. Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.


 FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
 Prefeito Constitucional



São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
 Prefeito Constitucional

EXTRATO DO CONTRATO N.º 02.00012/2025

DISPENSA N.º. 00012/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ nº 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA 45.725.881 DAVID SILVA LOPES, CNPJ Nº 45.725.881/0001-46.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

VALOR MENSAL: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026

DATA: São Mamede – PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
 Prefeito Constitucional

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00011/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **HOMOLOGAR** o Processo de Dispensa de Licitação N.º 00011/2025, objetivando a Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: **50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49**, com endereço AV Francisco Vidal de Moura, nº 445, Bela Vista, Serra Grande – PB, CEP: 58.955-000. Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$

42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
 Prefeito Constitucional

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00011/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **ADJUDICAR** o Processo de Dispensa de Licitação N.º 00011/2025, objetivando a Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: **50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49**, com endereço AV Francisco Vidal de Moura, nº 445, Bela Vista, Serra Grande – PB, CEP: 58.955-000. Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$ **42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**, durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
 Prefeito Constitucional

EXTRATO DO CONTRATO N.º 02.00011/2025

DISPENSA N.º. 00011/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ nº 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49.

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026



42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve ADJUDICAR o Processo de Dispensa de Licitação nº 0001/2025, objetivando a contratação de serviços de manutenção e conservação de sistemas de banco de dados, no âmbito do Poder Executivo Municipal, em favor da empresa cujo CNPJ nº 00.132.408/0001-49, com endereço AV Francisco Vidal Celidônio, nº 442, Bairro Vista Santa Gertrudes - PB, CEP: 58.925-000, apresentando proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), percebendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02.0001/2025

DISPENSA Nº 0001/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ nº 00.132.408/0001-49, E A EMPRESA 80.132.408 MARIA DAVILA SILVA LOPES, CNPJ nº 00.132.408/0001-49.

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção e conservação de sistemas de banco de dados, no âmbito do Poder Executivo Municipal, em favor da empresa cujo CNPJ nº 00.132.408/0001-49, com endereço AV Francisco Vidal Celidônio, nº 442, Bairro Vista Santa Gertrudes - PB, CEP: 58.925-000, apresentando proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), percebendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02.0001/2025

DISPENSA Nº 0001/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ nº 00.132.408/0001-49, E A EMPRESA 80.132.408 MARIA DAVILA SILVA LOPES, CNPJ nº 00.132.408/0001-49.

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção e conservação de sistemas de banco de dados, no âmbito do Poder Executivo Municipal, em favor da empresa cujo CNPJ nº 00.132.408/0001-49, com endereço AV Francisco Vidal Celidônio, nº 442, Bairro Vista Santa Gertrudes - PB, CEP: 58.925-000, apresentando proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), percebendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026.

DATA: São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve HOMOLOGAR o Processo de Dispensa de Licitação nº 0001/2025, objetivando a contratação de serviços de manutenção e conservação de sistemas de banco de dados, no âmbito do Poder Executivo Municipal, em favor da empresa cujo CNPJ nº 00.132.408/0001-49, com endereço AV Francisco Vidal Celidônio, nº 442, Bairro Vista Santa Gertrudes - PB, CEP: 58.925-000, apresentando proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), percebendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve HOMOLOGAR o Processo de Dispensa de Licitação N.º 00012/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: 45.725.881 DAVID SILVA LOPES, CNPJ N.º 45.725.881/0001-46, com endereço Rua Jose Pereira Lima, nº S/N, Centro, São Jose de Caiana – PB, CEP: 58.784-000. Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais), durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00012/2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve ADJUDICAR o Processo de Dispensa de Licitação N.º 00012/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: 45.725.881 DAVID SILVA LOPES, CNPJ N.º 45.725.881/0001-46, com endereço Rua Jose Pereira Lima, nº S/N, Centro, São Jose de Caiana – PB, CEP: 58.784-000. Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais), durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

EXTRATO DO CONTRATO N.º 02.00012/2025

DISPENSA N.º. 00012/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ nº 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA 45.725.881 DAVID SILVA LOPES, CNPJ N.º 45.725.881/0001-46.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

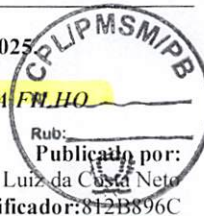
VALOR MENSAL: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026

DATA: São Mamede – PB, 21 de Fevereiro de 2025

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

EXTRATO DE CONTRATO N.º 03.0027/2025

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE N.º 0007/2025.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Mamede-PB.

CONTRATADA: JOSE MARIA DE ARAUJO 15186488860, CNPJ: 42.951.088/0001-77.

OBJETIVO: Credenciamento para prestação de serviço especializado de jardineiro para manutenção da Administração do Município de São Mamede – PB.

VALOR GLOBAL: R\$35.770,00 (trinta e cinco mil e setecentos e setenta reais).

VIGÊNCIA: 21/02/2025 à 21/02/2026.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO –
Prefeito Constitucional

EXTRATO DE CONTRATO N.º 03.0030/2025

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE N.º 0007/2025.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Mamede-PB.

CONTRATADA: 48.936.727 ANASTACIO AVELINO DE SOUZA FILHO, CNPJ: 48.936.727/0001-01.

OBJETIVO: Credenciamento para prestação de serviço especializado de jardineiro para manutenção da Administração do Município de São Mamede – PB.

VALOR GLOBAL: R\$35.770,00 (trinta e cinco mil e setecentos e setenta reais).

VIGÊNCIA: 21/02/2025 à 21/02/2026.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO –
Prefeito Constitucional

EXTRATO DE CONTRATO N.º 03.0028/2025

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE N.º 0007/2025.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Mamede-PB.

CONTRATADA: ROSILANDIO DE LUCENA SILVA 08638613423, CNPJ: 42.951.990/0001-93.

OBJETIVO: Credenciamento para prestação de serviço especializado de servente de obras para manutenção da Administração do Município de São Mamede – PB.

VALOR GLOBAL: R\$35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: 21/02/2025 à 21/02/2026.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO –
Prefeito Constitucional

EXTRATO DE CONTRATO N.º 03.0029/2025

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE N.º 0007/2025.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Mamede-PB.

CONTRATADA: 59.297.029 DIEGO DE MEDEIROS SANTOS, CNPJ: 59.297.029/0001-20.

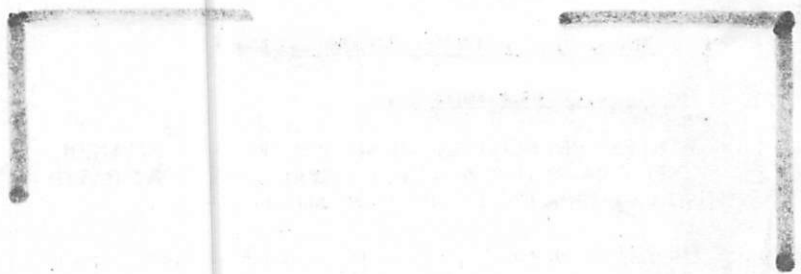
OBJETIVO: Credenciamento para prestação de serviço especializado de jardineiro para manutenção da Administração do Município de São Mamede – PB.

VALOR GLOBAL: R\$35.770,00 (trinta e cinco mil e setecentos e setenta reais).

VIGÊNCIA: 21/02/2025 à 21/02/2026.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO –
Prefeito Constitucional





**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
GABINETE DO PREFEITO**



PORTARIA ADMINISTRATIVA N° 009/2025

O **Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba**, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear a Senhorita, **CARLA MANUELLA DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portadora do CPF: 107.328.304-60, para exercer a função de **Fiscal de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:

REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.


FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
GABINETE DO PREFEITO**



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 011/2025

O **Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba**, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer a função de **Gestor de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:

REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.


FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 009/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear a Senhorita, **CARLA MANUELLA DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portadora do CPF: 107.328.304-60, para exercer a função de **Fiscal de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 010/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Secretário de Controle Interno e Corregedoria**, junto à Secretaria de Controle Interno e Corregedoria do Município, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 018/2013, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 011/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer a função de **Gestor de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



REFERENTE: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Realização do referido processo de contratação direta objetivando:

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

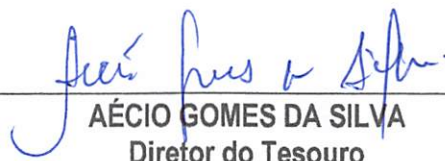
DECLARAÇÃO

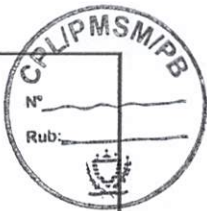
Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos Próprios do Município de São Mamede:

02.081 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - 10 301 2014 2067 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde – 10 301 2014 2129 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Básica - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.39, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

São Mamede - PB, 10 de Fevereiro de 2025.


AÉCIO GOMES DA SILVA
Diretor do Tesouro



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 45.725.881/0001-46 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/03/2022	
NOME EMPRESARIAL 45.725.881 DAVID SILVA LOPES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ZEROUM - SOLUCOES EM TECNOLOGIA	PORTE ME		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 74.10-2-99 - atividades de design não especificadas anteriormente 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 85.99-6-03 - Treinamento em informática			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO 10 R RUA JOSE PEREIRA LIMA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CASA	
CEP 58.784-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO JOSE DE CAIANA	UF PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO ZEROUM.VISUAL@GMAIL.COM		TELEFONE (83) 8179-9802	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/03/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 16/01/2024 às 15:57:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[illegible]

1991. gada 1. janvārī ab 00 ab 01 P. ir 0794 arskaitu ožūntu slāg obskurā

Mr. Wright:

Released by eod on 10/01/2013 at 15:02:10Z on 08/01/2013



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983		
ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL POLÍCIA CIVIL INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA DA PARAÍBA NÚCLEO DE IDENTIFICAÇÃO NOME DAVID SILVA LOPES		CPF 108.820.334-50 DNI ***** REGISTRO GERAL 4.012.644 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 15/12/2021 REGISTRO CIVIL CERT. NASC. Nº0003824 - LIV.00005 - FLS 126 - CARTORIO SERRA GRANDE - PB		
	FILIAÇÃO FRANCISCO LOPES DA SILVA MARIA DA GLORIA SILVA *****	T. ELEITOR 045608471244 *****	POLEGAR DIREITO  P-704	
	DATA DE NASCIMENTO 12/10/1996 NATURALIDADE ITAPORANGA-PB FATOR RH A+ ÓRGÃO EXPEDIDOR SESDS-PB OBSERVAÇÃO *****	CTPS *****		SÉRIE UF **** **
		INS/PIS/PASEP PASEP 1905641343 *****		IDENTIDADE PROFISSIONAL *****
		CERT. MILITAR 231562023953 *****		CNS 700109913814719
		CNH *****		ASSINATURA DO TITULAR 
CARTEIRA DE IDENTIDADE		VALE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		



INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DE EMPRESARIO INDIVIDUAL Nº 45.725.881 DAVID SILVA LOPES

DAVID SILVA LOPES, Brasileiro, solteiro, empresário, natural da cidade de Itaporanga – PB, data de nascimento 12/10/1996, portador da Carteira de Identidade (RG): nº 4012664-2ª via, expedida por ssds/PB em 15/12/2021 e CPF nº 180.820.334-50, residente e domiciliada na cidade de São José de Caiana – PB, na RUA JOSE PEREIRA LIMA, nº SN, CENTRO, CEP: 58.784-000; na condição de empresário da Empresa Individual “**45.725.881 DAVID SILVA LOPES**”, Com sede á na RUA JOSE PEREIRA LIMA, nº SN - CENTRO – São José de Caiana - PB, CEP: 58.784-000, com contrato de constituição arquivado na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob Nire nº 2580322187-9, por despacho em 21/03/2022, inscrita no CNPJ sob nº 45.725.881/0001-46, respectivamente, resolve promover primeira ALTERAÇÃO, consoante a faculdade prevista no parágrafo único, do artigo 1033 e 980A da Lei nº 10406/02, resolve:

CLAUSULA PRIMEIRA: O capital destacado que era R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), passa a ser R\$ 35.000, (trinta e cinco mil reais) sendo que a diferença encontra destacada de seguinte forma, R\$ 30.000,00 (trinta mil), em moeda corrente do País.

CLÁUSULA SEGUNDA: o empresário individual passa a ter por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS, CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMACAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (SERVICOS DE LEVANTAMENTO DE INFORMACOES POR CONTRATO OU COMISSAO), ATIVIDADES DE DESIGN NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (DESIGN GRAFICO), SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO E TREINAMENTO EM INFORMATICA.

CLÁUSULA TERCEIRA: Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da Empresa Individual, não alçada pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUARTA: Pela exatidão daquilo acima estipulado, o titular assina o presente instrumento, em via única, que será levado ao registro da Junta Comercial do Estado da Paraíba, para que a mesma adquira personalidade jurídica, de acordo com a legislação em vigor.

São José de Caiana-Pb 15 de janeiro de 2024

David Silva Lopes
DAVID SILVA LOPES
 Empresário



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 2 de 2



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, JOAO MARCOS NUNES DA SILVA, com inscrição ativa no CRC/PB, sob o n° 012687, registrado em 12/11/2018, inscrito no CPF n° 06949716427, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
06949716427	012687	JOAO MARCOS NUNES DA SILVA



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/01/2024 09:41 SOB N° 20240402260.
 PROTOCOLO: 240402260 DE 10/01/2024.
 CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12400557471. CNPJ DA SEDE: 45725881000146.
 NIRE: 25803221879. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/01/2024.
 45.725.881 DAVID SILVA LOPES

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO
 SECRETÁRIA-GERAL
www.redesim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 23766/25. Data: 28/02/2025 12:21. Responsável: Vandico A. de Oliveira.
 Impresso por convidado em 01/03/2025 01:38. Validação: 113D.079E.E95A.D4EB.C599.8CC5.A04D.C2C3.

Assinatura

Departamento Administrativo de Recursos Humanos
Sistema Especial de Recrutamento e Seleção Digital
Sistema Especial de Recrutamento e Seleção Digital



TERMO DE AUTENTICIDADE

Este JOAO MARCOS NUNES DA SILVA, com inscricao civil no 0504987, sob o nº 012387, registrado em 13/11/2018, inscrito no CPF nº 05949710411, DEOLIVARIA, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuizo das sanções administrativas e civis, que este documento é autêntico e correto, com o original.

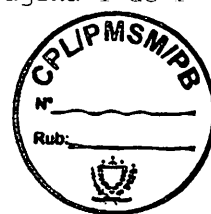
IDENTIFICACAO DO(A) ASSINANTE(S)		
Nome	Nº de Registro	CPF
JOAO MARCOS NUNES DA SILVA	012387	05949710411

DECLARACAO DE AUTENTICIDADE DO(A) ASSINANTE(S)
Este documento é autêntico e correto, com o original.
Assinado em 01/03/2025 01:38. Validação: 113D.079E95A.D4EB.C599.8CC5.A04D.C2C3.

Assinatura Digital do(A) Assinante(S)
Assinado em 01/03/2025 01:38. Validação: 113D.079E95A.D4EB.C599.8CC5.A04D.C2C3.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 45.725.881 DAVID SILVA LOPES (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 45.725.881/0001-46

Certidão nº: 356672/2025

Expedição: 04/01/2025, às 17:20:21

Validade: 03/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que 45.725.881 DAVID SILVA LOPES (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 45.725.881/0001-46, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Prefeitura Municipal de saojosecaiana

Rua 13 de maio, 205, CENTRO, SÃO JOSÉ DE CAIANA - 58278-000



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Nº DE AUTENTICAÇÃO: 3F7518A67D8D61F8

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome / Razão Social:

ZEROUM - SOLUCOES EM TECNOLOGIA - 45.725.881/0001-46

Endereço:

10A RUA RUA JOSE PEREIRA LIMA, SN, CENTROSÃO JOSÉ DE CAIANA - PB - 58784-000

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal lançar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, fica certificado que, até a presente data, não constam em nome do requerente acima qualificado pendências relativas às receitas municipais, inclusive as de natureza tributária ou não, inscritas ou não no Registro da Dívida Ativa do Municipal.

OBSERVAÇÕES

Esta certidão é válida por 60 dias, e sua aceitação está condicionada à inexistência de emendas ou rasuras, bem como à verificação de sua autenticidade na Internet, no portal da Prefeitura Municipal de saojosecaiana.

Certidão emitida gratuitamente em 04/01/2025.

Utilize este QRCode para garantir a autenticidade desta certidão.



Consulta realizada gratuitamente em 04/01/2025 17:21:27.

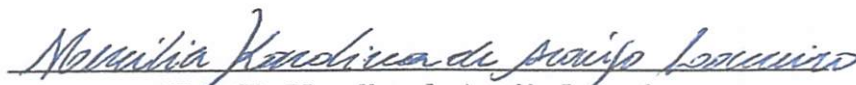


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE EMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, HERCILIA KAROLINA DE ARAUJO LOUREIRO, Secretária de Saúde do Município de Emas-PB, atesto que a empresa DAVID SILVA LOPES - ME, inscrita no CNPJ 45.725.881/0001-46, com sede no endereço rua José Pereira Lima, S/N, Centro, São José de Caiana-PB. atesto que a empresa prestou de forma satisfatória e pontual todos os serviços contatados Prestação De Serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde e Relatórios Mensais para o Município de Emas-PB.

Emas-PB, 25 de novembro de 2024.


Hércília Karolina de Araújo Loureiro
Secretária De Saúde



CERTIDÃO

CÓDIGO: 8C09.FA83.32FC.7AFF

Emitida no dia 04/01/2025 às 17:23:14

Nome Empresarial:

45.725.881 DAVID SILVA LOPES

Endereço:

JOSE PEREIRA LIMA

Bairro:

CENTRO

Inscr. Estadual:

16.428.656-0

Número:

S/N

Complemento:

CASA

CEP:

58784-000

Município:

SAO JOSE DE CAIANA

Situação Cadastral:

BAIXADO

CNPJ/CPF:

45.725.881/0001-46

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

Certidão de Débito emitida via 'Internet'.

ОДТРЕО

At 22.17, the 250S4040 chip on station 3

7747.0790.8643.6004 :C/1000

1009-2770/97
\$5.00
© 1997
CRC-LIS, INC.

mi2

UNCLASSIFIED
DATE 08-09-2016 BY 60322 UCBAW

10/10/10
10/10/10
10/10/10
10/10/10

[illegible]

REGULAR perante a Fazenda Pública Estadual, com relação a obrigações fiscais administrativas e inscritas em Dívida Ativa.

exclui o distrito de a Fazenda Ilípeo Estadual, a qual quer tempo, como valores a ser
comprados devesse ser retido, portanto, o conteúdo.

deve ser confirmada sua validade através do Serviço Nacional de Defesa da Cidadania (SND) e o cidadão deverá apresentar o documento ao órgão de destino para fins de validação e emissão de novo documento. Para mais informações consulte o site www.snd.gov.br.

âmbito das ações metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica. Prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no mesmo localidade no estado da Paraíba, reservada quando a atuação se referir à administração na composição municipal e interesses e investimentos ou comunicação com o Estado; Investir para atuação no que se refere ao fornecimento de microchips ou

Colpado de Debito emitido via Internet.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
 ATIVA DA UNIÃO**

Nome: 45.725.881 DAVID SILVA LOPES
CNPJ: 45.725.881/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:36:48 do dia 08/01/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/07/2025.

Código de controle da certidão: **5E68.A72C.CEBB.5243**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DECLARAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0012/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE-PB
PROPONENTE: ZEROUM - SOLUCOES EM TECNOLOGIA
CNPJ: 45.725.881/0001-46.

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal no 9.854, de 27 de outubro de 1999.

2.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

São José de Caiana/PB, 18 de fevereiro de 2025

Documento assinado digitalmente
 **DAVID SILVA LOPES**
Data: 18/02/2025 19:57:06-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

David Silva Lopes
Empresário



(83) 98179-9802



zeroum.visual@gmail.com



Rua José Pereira Lima, S/N
São José de Caiana, 58.784-00



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER
CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS



FICHA DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.428.656-0	SITUAÇÃO BAIXADO	16/01/2024 Processo 0174042024-1 - BAIXA	
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL 45.725.881 DAVID SILVA LOPES			
NOME FANTASIA ZEROUM - SOLUCOES EM TECNOLOGIA			
CNPJ/CPF 45.725.881/0001-46		INSC. JUNTA COMERCIAL 2580322187-9	
LOGRADOURO *****			NÚMERO *****
COMPLEMENTO *****		BAIRRO *****	
MUNICÍPIO *****		CEP *****	

ATIVIDADE ECONÔMICA

ICMS 8599-6/04	DENOMINAÇÃO TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL		
PRINCIPAL 8599-6/04	DENOMINAÇÃO TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL		
SECUNDÁRIO 3321-0/00	DENOMINAÇÃO INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS		
6202-3/00	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS		
6204-0/00	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO		
6209-1/00	SUPPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO		
6399-2/00	OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMACAO NAO ESPECIFICADAS		
7410-2/99	ATIVIDADES DE DESIGN NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE		
8211-3/00	SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO		
8599-6/03	TREINAMENTO EM INFORMATICA		
NATUREZA JURIDICA EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)		COD. NATUREZA JURIDICA 2135	
TIPO DE ESTABELECIMENTO MATRIZ			
TIPO DE UNIDADE UNIDADE PRODUTIVA			
FORMA DE ATUAÇÃO ESTABELECIMENTO FIXO			
REGIME DE APURAÇÃO SIMPLES NACIONAL		INÍCIO DE ATIVIDADE 21/03/2022	
QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES DAVID SILVA LOPES		CARGO EMPRESÁRIO	
REPARTIÇÃO FISCAL UNIDADE DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA GR4 DA DIRETORIA		VALIDADE 18/08/2025	
CONTROLE 202502181944381857		DATA DE EMISSÃO 18/02/2025 19:44:38	

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 45.725.881/0001-46
Razão Social: DAVID SILVA LOPES 10882033450
Endereço: R JOSE PEREIRA LIMA SN CASA / CENTRO / SAO JOSE DE CAIANA / PB / 58784-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/02/2025 a 07/03/2025

Certificação Número: 2025020620565891363199

Informação obtida em 18/02/2025 19:42:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)
Telefone: (83) 3216-1440



CERTIDÃO NEGATIVA

FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 45.725.881/0001-46

Razão Social: 45.725.881 DAVID SILVA LOPES

Nome Fantasia: ZEROUM SOLUCOES EM TI

Certidão emitida às 17:28 de 05/02/2025.

Validade 30 dias

-
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
 2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
 3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
 4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
 5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.
-

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **5NDt.ljcL**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 28/02/2025 às 12:21:46 foi protocolizado o documento sob o Nº 23777/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de São Mamede, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Vandico Alves de Oliveira.

Número do Contrato: 002000122025

Data da Publicação: 24/02/2025

Data da Assinatura: 21/02/2025

Data Final do Contrato: 21/02/2026

Valor Contratado: R\$ 45.600,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS SINGULARES DENTRO DO UNIVERSO DE SOLUÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVAS, TAIS COMO SE COMPÕEM: ASSESSORIA E CONSULTORIA NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE, ENTRE ELES O SIM, SAMU E VIGILANCIAS, COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES, ELABORAÇÕES DE PACTUAÇÕES, CAMPANHAS, VACINAÇÕES E REUNIÕES DE APOIO TÉCNICO JUNTO. IMPLANTAÇÃO DE SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SISTEMAS SUS NA UBS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE - PB.

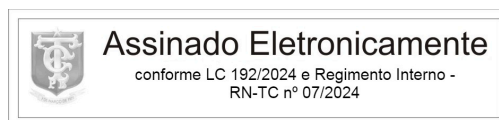
Contratado (Nome): David Silva Lopes 10882033450

Contratado (CNPJ): 45.725.881/0001-46

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	e9327384e7a5b9461d193952cc094b55
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	113d079ee95ad4ebc5998cc5a04dc2c3
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	aa3e57ec09d63b486603e7eaad531e0e
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	2b64a1ed16072ddb565da86863509d02
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	0914bae297060267b23dfbf5cf383a24
Designação do fiscal administrativo do contrato	Não	
Designação do gestor do contrato	Sim	0914bae297060267b23dfbf5cf383a24

João Pessoa, 28 de Fevereiro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



Documento: 23766/25

Subcategoria: Licitações

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São Mamede

Exercício: 2025

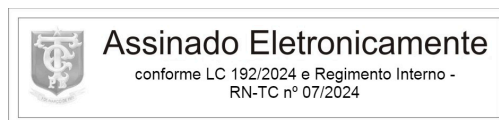
CERTIDÃO

CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 28/02/2025 às 12:21h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 23777/25 ao Documento 23766/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 23766/25:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	76 - 82	2b64a1ed16072ddb565da86863509d02
Designação da fiscalização técnica do contrato	83 - 86	0914bae297060267b23dfbf5cf383a24
Comprovante de publicidade	87 - 92	e9327384e7a5b9461d193952cc094b55
Designação do gestor do contrato	93 - 96	0914bae297060267b23dfbf5cf383a24
Comprovação da existência de dotação orçamentária	97	aa3e57ec09d63b486603e7eaad531e0e
Comprovantes de regularidade da contratada	98 - 113	113d079ee95ad4ebc5998cc5a04dc2c3
RECIBO PROTOCOLO	114	6499a26c745d5e2a0d5dc284dd15b929

João Pessoa, 28 de Fevereiro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB